

06 ABR 1998

# MINISTÉRIOS

## EM REVISTA

Josaphat Marinho

A reforma do Ministério resultou em lamentável espetáculo de confusão, deselegância, e desinteresse pelo bem público. Sobem e descem nomes, ou aparecem e desaparecem como nuvens. Entre uma ida ao Palácio do Planalto e uma volta dele, nascem e sucumbem esperanças. Por mais que se afirme, em declarações, o poder de escolha do chefe do governo, vê-se que a verdade é outra: basta que se leiam os comentários da imprensa. O ministro da Agricultura teve que voltar às pressas do exterior, antes que fosse destituído em missão oficial. E há ministério de situação desprezível, exposto a chacotas. Nesse tumulto, rola o interesse coletivo, sem defesa.

O Ministério da Saúde e o da Educação, em funcionamento, estão sob revista. Naquele, o novo ministro, no discurso de posse, sem exagero, anuncia cautelosamente o que pensa fazer. Proclama o que lhe "parece fundamental: o atendimento à saúde é direito de todos, e o nosso papel é prover as condições para garantir esse direito, independentemente da condição social de cada um". Se assim acentua, é porque o quadro encontrado não satisfaz a essa exigência constitucional e social. Tal estado, porém, é surpreendente, três anos depois de instaurado o atual governo. Adiante, assevera o ministro José Serra o "despreparo na esfera federal para passar do trabalho de execução ao trabalho de coordenação". E acrescenta que há despreparo administrativo das outras esferas da Federação para assumir a execução de muitas das ações da saúde". Logo, reconhece a inexistência de ação conjugada no plano federal e nas relações com os serviços dos estados e municípios. Realça, a seguir, que "resta muito por fazer no combate a duas formas de gastar mal o dinheiro público: a corrupção e o desperdício". Dessa forma, revela a ineficiência da administração, por mais de três anos, em áreas essenciais à correção do poder público. Depois, entre outros aspectos, salienta que "ainda vivemos situações absurdas: a de controle das endemias e doenças infecciosas". Por fim, adverte que não pode coexistir entre nós a situação de "cidadãos de primeira e de segunda classe, estes submetidos a um conformismo que os marginaliza do exercício dos seus direitos". Possa o ministro, vencendo o atraso do governo, corrigir essa desigualdade e aquelas outras deficiências e falhas, que apontou.

De igual modo, cabe ao Ministério da Educação reconhecer os erros e equívocos existentes no seu setor, abrindo caminho às soluções adequadas. A verdade se alcança pelo diálogo sem preconceitos, no campo da educação sobretudo. Sendo o domínio por excelência da tolerância, onde militam mestres e alunos, as dúvidas se esclarecem no livre encontro de opiniões divergentes. Como as leis em geral, as da esfera edu-

cacional são tanto mais úteis e respeitadas quanto decorram do consentimento geral. Assim obtidas, sanam resistências, suprem desconfianças, afastam rebeldias. O espírito da mocidade não é basicamente o de vencer, mas o de participar das decisões que lhe dizem respeito. No confronto do pensamento contrastante, há sempre uma parcela mais prudente que dobra a intransigência em busca da conciliação. No caso presente, cresce a conveniência do entendimento porque da greve anunciada participam professores. Não importa que se discuta um ato legislativo de concessão de benefícios. Se a natureza desse incentivo não agrada a percentual significativo do magistério superior, a boa razão aconselha que se submeta a decisão ao contraste de opiniões. Redobra a conveniência de conferir impressões porque o magistério, como os servidores civis, vai por mais de três anos sem contemplação de qualquer aumento. A falta de concessão geral de vantagem dessa natureza cria resistência compreensível a um incentivo que só beneficiará determinados professores ou servidores especiais. A igualdade que a administração deve a seus servidores condena o tratamento discriminatório.

Quando se aproxima uma luta eleitoral extensiva a todo o país, o senso político, sem desacato ao interesse público, aconselha a transigência sem renúncia de pontos fundamentais. Ceder para praticar justiça é próprio dos governos alicerçados na consciência democrática e no propósito de resguardar a tranquilidade coletiva.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

